

LUIS MANUEL FONSECA PIRES
NATHALIA PENHA CARDOSO DE FRANÇA
PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO

Coordenadores

AUTORITARISMO LÍQUIDO E CRISE CONSTITUCIONAL

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A939	Autoritarismo líquido e crise constitucional / coordenado por Luis Manuel Fonseca Pires, Nathalia Penha Cardoso de França, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano. - Belo Horizonte : Fórum, 2021. 429 p. ; 14,5cm x 21,5cm. Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-266-8 1. Direito público. 2. Teoria geral do direito. 3. Filosofia do direito. 4. Direito constitucional. 5. Direito administrativo. I. Pires, Luis Manuel Fonseca. II. França, Nathalia Penha Cardoso de. III. Serrano, Pedro Estevam Alves Pinto. IV. Título.	CDD: 342 CDU: 342
2021-3443		

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRES, Luis Manuel Fonseca; FRANÇA, Nathalia Penha Cardoso de; SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto (Coord.). *Autoritarismo líquido e crise constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 429 p. ISBN 978-65-5518-266-8.

INTRODUÇÃO	13
NOTAS SOBRE AUTORITARISMO NA CONTEMPORANEIDADE	
Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, Anderson Medeiros Bonfim, Juliana Salinas Serrano	15
Introdução.....	15
1 O mito da concretização do Estado Democrático de Direito e a exceção líquida permanente.....	16
2 Teoria da exceção: escorço histórico e teórico.....	18
3 Propedêutica do autoritarismo.....	21
4 A anomia e a hipernomia no contexto das funções estatais.....	24
5 Revisitando a leitura da exceção em Carl Schmitt e Giorgio Agamben: da incorporação ao Direito e do campo de indeterminação ao arquétipo da exceção na contemporaneidade periférica.....	27
Considerações finais.....	32
Referências	33
DADOS PESSOAIS E O AUTORITARISMO NA ERA INFORMACIONAL	
Luis Manuel Fonseca Pires, Júlio Grinberg Zanatta, Natália Silva de Andrade Cordeiro	35
Introdução.....	35
1 Deterioração da democracia na contemporaneidade.....	36
2 A ascensão do autoritarismo informacional.....	39
2.1 O poder de vigilância na contramão do regime democrático.....	40
2.2 Aspectos autoritários no tratamento de dados pessoais no Brasil do século XXI.....	43
3 Pandemia e autoritarismo informacional.....	45
3.1 Os riscos da escalada autoritária no pós-pandemia	47
4 Combate ao autoritarismo informacional	48
Referências	51
O FUTURO DA EXCEÇÃO: A TECNOLOGIA NO USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL	
Nathalia Penha Cardoso de França, Flávio de Leão Bastos Pereira	53
Introdução.....	53
1 Inteligência artificial: um método de mascarar o derramamento de sangue com a “guerra limpa”	54
2 A guerra como instrumento disciplinado pelo Direito Internacional.....	58
3 A inteligência artificial como instrumento de guerra: elemento potencializador para excepcionalização do <i>Jus ad Bellum</i>	65
4 A sofisticação digital do autoritarismo líquido.....	69
Considerações finais.....	71
Referências	71
O CONCEITO DE MEDIDAS DE EXCEÇÃO SEGUNDO PEDRO SERRANO: SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	
Rômulo Monteiro Garzillo, Fernando Hideo Iochida Lacerda, Emmanuel Cais Burdmann	75
Introdução.....	75
1 O fenômeno político segundo Pedro Serrano.....	77
2 Três camadas conceituais das medidas de exceção	79
2.1 Primeira camada conceitual: os elementos do estado de exceção de Carl Schmitt.....	80
2.2 Segunda camada conceitual: os elementos do autoritarismo líquido	81

2.2.1	Conjunto harmônico de decisões singulares	82
2.2.2	O esvaziamento de sentido normativo	83
2.2.3	Apropriação decisória da exceção pelos agentes do mercado financeiro	84
2.3	Terceira camada conceitual: medidas de exceção em países de modernidade periférica	85
2.3.1	O sistema de justiça penal	86
2.3.2	Interrupção da normalidade democrática	90
	Conclusão.....	91
	Referências	92

GÊNESE DOS RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: PAVIMENTAÇÃO PARA UM ESTADO DE EXCEÇÃO MODERNO

Gabriella Rocha Crepaldi Lima, Pedro Simões Pião Neto	97
Introdução.....	97
1 Ideologia da Defesa Social.....	98
1.1 O arcabouço autoritário deixado por Francisco Campos	100
2 O Código de Processo Penal de 1941 e sua estrutura autoritária	104
3 Pavimentação para um Estado de Exceção moderno.....	109
3.1 Carl Schmitt e o Estado de Exceção	111
3.1.1 O critério do “amigo-inimigo”.....	112
3.2 A exceção e a legislação penal no Brasil do século XXI	114
Considerações finais.....	118
Referências	119

O DIREITO ADMINISTRATIVO DE CADA ÉPOCA: AS MUDANÇAS NA COMPREENSÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO À LUZ DAS ALTERAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Pedro da Cunha Ferraz	121
Introdução.....	121
1 O Direito Administrativo da ditadura militar (1964-1985).....	124
2 O Direito Administrativo da Constituição Federal de 1988 (1986-1994)	128
3 O Direito Administrativo do neoliberalismo (1995-2018).....	131
4 Governo Bolsonaro: antessala para algo novo?.....	134
Conclusão.....	137
Referências	137

O LEGADO BONAPARTISTA DA VIOLÊNCIA E O ESTADO DE EXCEÇÃO: CONTINGÊNCIA OU CONTINUIDADE?

Felipe Toledo Magane, Renata Possi Magane	139
Introdução.....	139
1 Estado de exceção na teoria jurídico-política do jurista Pedro Estevam Serrano	143
Conclusões	151
Referências	153

A COOPERAÇÃO ENTRE A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SOBERANIA NACIONAL E DO SISTEMA JURÍDICO DE EXCEÇÃO

Beatriz Prates, Manuela Gonçalves Abreu Souza, Matheus de Moraes Batista	155
Introdução.....	155
1 A ilegalidade da cooperação jurídica internacional entre o Brasil e os Estados Unidos.....	156
2 O Brasil no espectro de uma geopolítica de intervenção: o <i>lawfare</i> como um novo modelo de colonização	162

3	A Operação Lava Jato e o processo penal no âmbito do Estado de exceção	167
	Conclusão.....	172
	Referências	173

O ESTADO-JUIZ EM DOIS ATOS: JUSTIÇA OU VINGANÇA?

	Flávio Croce Caetano	175
	Introdução.....	175
1	Estruturas de justiça e vingança	175
2	Análise da decisão proferida pelo juiz federal Sérgio Moro de conferir publicidade a áudio de interceptação de conversa telefônica mantida entre o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então Presidente da República, Dilma Rousseff	177
3	Análise da sentença proferida pelo juiz de direito Djalma Moreira Gomes Junior de determinar a laqueadura de Janaína Aparecida Quirino, na cidade de Mococa, em São Paulo	182
	Considerações finais.....	187
	Referências	188

DEMOCRACIAS E SUAS FRAGILIDADES: O EXEMPLO DA PRORROGAÇÃO DO PARLAMENTO PROPOSTA POR BORIS JOHNSON

	Lúcia Helena Martins de Jesus	191
	Introdução.....	191
1	O exemplo britânico	193
	Considerações finais.....	200
	Referências	200

O EPISTEMICÍDIO COMO ELEMENTO NECESSÁRIO AO DISPOSITIVO NEOLIBERAL

	Beatriz Mattedi Tavares de Almeida, Felipe Arndt de Siqueira	203
	Introdução.....	203
1	O conceito foucaultiano de dispositivo (curso “o nascimento da biopolítica”, no Collège de France).....	204
2	O conceito de epistemicídio de Boaventura de Souza Santos.....	206
2.1	Das linhas globais, do pensamento abismal e da ecologia do conhecimento	207
2.2	Do conceito de epistemicídio e suas expressões	212
3	O dispositivo neoliberal.....	215
3.1	Da racionalidade neoliberal segundo Christian Laval e Pierre Dardot.....	216
4	O epistemicídio como elemento do dispositivo neoliberal.....	217
	Referências	221

CONSTITUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PODER POLÍTICO: PROLEGÔMENOS PARA SAIR DA CRISE DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

	Bruno Cesar de Caires, Rafael Tubone Magdaleno	223
	Introdução.....	223
1	Prolegômenos a uma relação entre representação e Estado.....	224
2	Sieyès e o poder constituinte da nação	225
3	Carl Schmitt e a representação.....	229
4	Democracia e legitimidade constituinte.....	236
5	A razão de ser da constituição: uma utopia?.....	237
	Referências	239

CRÍTICA AO ATIVISMO JUDICIAL DO BEM NO ESTADO DE DIREITO

	Guilherme Marchioni	243
	Introdução.....	243
1	Ativismo e atividade judicial	244

2	Das acepções do ativismo judicial.....	246
3	O ativismo judicial (do mal).....	247
4	Confrontando o ativismo judicial do bem	250
	Considerações finais.....	255
	Referências	257

JUSTIÇA DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA

	Lucas Marangoni Guldani, Pedro Emanuel Pugliesi dos Santos	259
1	A liberdade no Estado de Direito.....	259
1.1	Um esboço da liberdade jurídica.....	259
1.2	A liberdade grega	261
1.3	A liberdade na idade contemporânea	266
2	Uma análise crítica da liberdade	269
2.1	Liberdade e sujeito de direito	269
2.2	Uma liberdade diferente.....	275
	Considerações finais.....	281
	Referências	282

AS AÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DA LEGALIDADE EXTRAORDINÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Ana Luísa Ferreira Pinto, Marina de Mello Gama	285
	Introdução.....	285
1	Legalidade extraordinária e a pandemia causada pelo coronavírus.....	286
1.1	Contexto geral – estado de emergência e calamidade pública ...	286
1.2	Legalidade extraordinária	287
2	As competências constitucionais e a pandemia no Brasil.....	289
2.1	Competências privativas, concorrentes e o direito à saúde.....	289
2.2	O papel dos Municípios e o interesse local.....	291
3	A discussão do STF e a questão do interesse local	292
3.1	As competências e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	292
3.2	A legalidade extraordinária como defesa do Estado Democrático de Direito.....	297
	Conclusão.....	298
	Referências	300

MORALIDADE CONSTITUCIONAL E UM GOVERNO DE MILITARES

	Victoria de Carvalho Gama	303
	Introdução.....	303
1	Democracia brasileira.....	304
1.1	Estado social-democrático de direito.....	304
1.2	Divisão dos três poderes.....	305
2	Moralidade constitucional.....	306
2.1	Conceito	306
2.2	Princípio da moralidade pública.....	308
3	Militares no Governo Bolsonaro (2019-2021).....	310
	Conclusão.....	312
	Referências	315

REDES SOCIAIS: HÁ POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO?

	Camila Ferreira Kfourri Camargo, Valentina Tamara Jalbut	317
	Introdução.....	317
1	Linhas traçadas para a regulamentação	324
2	Relevância da regulamentação	326
3	Problemáticas acerca da regulamentação	329

Considerações finais.....	330
Referências	333
A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: PROBLEMÁTICAS E SOLUÇÕES	
Karoline Dias de Oliveira, Lucas Lopes Boccuzzi, Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa.....	
Introdução.....	337
1 Construção histórica da LSN	338
2 Utilização da LSN em governos democráticos.....	340
3 Análise da Lei de Segurança Nacional	342
4 O Poder Judiciário em face da problemática	344
5 A solução deve vir pelo Poder Legislativo	348
Referências	352
OS RISCOS DE RETROCESSO DEMOCRÁTICO NO SÉCULO XXI	
Alessandra Lopes Santana de Mello	
Introdução.....	355
1 O enfraquecimento do Estado	357
1.1 A ideologia neoliberal	357
1.2 As transformações estruturais decorrentes do neoliberalismo...	361
2 Ascensão de movimentos autoritários	363
2.1 O crescimento do populismo e a erosão da democracia.....	363
2.2 Neoliberalismo e seu viés autocrático	366
2.3 O diálogo e o fortalecimento de comportamentos democráticos para evitar retrocessos.....	368
Proposições conclusivas.....	370
Referências	372
DIREITO E EXCEÇÃO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL	
José Victor Pallis da Silva, Natalia Chang Menezes	
Introdução.....	373
1 Estado de exceção na pós-redemocratização.....	375
2 A Lei de Segurança Nacional: passado e presente	379
3 A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Segurança Nacional.	382
4 Em defesa de uma Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.....	391
Conclusão.....	394
Referências	395
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DE EXCEÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DE GIORGIO AGAMBEN	
Paulo Ricardo Barbosa de Lima, Pedro Henrique Garcia Ayrolla Molina Simon	
1 Introdução.....	399
2 Mutaç�o constitucional.....	400
2.1 Conceito	400
2.2 Origens do fen�meno.....	402
2.3 Modalidades de muta�o constitucional.....	404
2.4 Limites e problemas da muta�o constitucional.....	406
3 O Estado de exce�o na filosofia de Giorgio Agamben	408
3.1 Dispositivo de captura	414
4 Glorifica�o: cerimoniais do poder na reprodu�o da exce�o ..	417
5 Conclus�o.....	420
Refer�ncias	421
SOBRE OS AUTORES.....	
	423